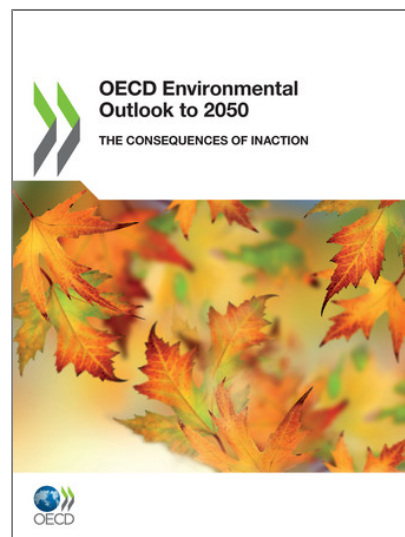


OECD *Multilingual Summaries*

OECD Environmental Outlook to 2050. The Consequences of Inaction

Summary in Portuguese



Leia todo o livro em:
10.1787/9789264122246-en

Perspectivas ambientais da OCDE para 2050

Sumário em Português

- Nas quatro últimas décadas, a Humanidade testemunhou um crescimento e uma prosperidade sem precedentes, tendo a dimensão da economia mundial triplicado e a população aumentado cerca de 3 mil milhões de pessoas desde 1970. Este crescimento, contudo, foi acompanhado de poluição ambiental e degradação dos recursos naturais. O actual modelo de crescimento e a má gestão dos recursos naturais pode, em última instância, minar o desenvolvimento humano.
- O relatório *Perspectivas Ambientais da OCDE para 2050* coloca uma questão: “O que acontecerá nas próximas quatro décadas?” Baseada em modelos conjuntos da OCDE e da *Netherlands Environmental Assessment Agency* (Agência de Avaliação Ambiental da Holanda), esta perspectiva lança um olhar até ao ano 2050 para descobrir o que as tendências demográficas e económicas podem representar para o ambiente, se o mundo não adoptar políticas verdes mais ambiciosas. Procura saber também em que aspectos poderão as políticas melhorar esse quadro. Esta Perspectiva foca quatro áreas: alterações climáticas, biodiversidade, água e impacte da poluição na saúde. Estas quatro ameaças ambientais foram classificadas pelo anterior relatório *Perspectivas Ambientais para 2030* (OCDE, 2008) com “Sinal Vermelho”, requerendo atenção urgente.

Ao longo das últimas décadas, o esforço humano desencadeou um crescimento económico sem precedentes em busca de padrões de vida mais elevados. No entanto, a abrupta escala de crescimento económico e demográfico suplantou o progresso em refrear a degradação ambiental. Providenciar o sustento de mais 2 mil milhões de pessoas em 2050 será um desafio à nossa capacidade de gerir e restaurar os recursos naturais de que dependem todas as formas de vida.

O relatório *Perspectivas Ambientais da OCDE para 2050* projecta as tendências demográficas e económicas nas quatro próximas décadas, através de simulação por modelos realizada conjuntamente pela OCDE e a PBL *Netherlands Environmental Assessment Agency*. Avalia os respectivos impactes no ambiente se a humanidade não introduzir políticas mais ambiciosas para melhorar a gestão dos recursos naturais. Em seguida, examina algumas das políticas que podiam mudar aquele quadro para melhor. Esta *Perspectiva* foca quatro áreas mais urgentes: alterações climáticas, biodiversidade, água e impacte da poluição na saúde. Conclui, afirmando que **é necessária uma acção urgente – e holística – agora, para evitar significativos custos e consequências da inacção, tanto em termos económicos como humanos.**

Como será o ambiente em 2050?

Em 2050, espera-se que a população da Terra tenha aumentado de 7 mil milhões para mais de 9 mil milhões e que a **economia mundial tenha crescido quase quatro vezes, com uma procura cada vez maior de energia e recursos naturais**. As projecções indicam um abrandamento das taxas médias de crescimento do PIB na China e na Índia, enquanto em África se poderão verificar as taxas de crescimento mais elevadas, entre 2030 e 2050. Nos países da OCDE, prevê-se que em 2050 mais de um quarto da população tenha mais de 65 anos de idade, em relação aos 15% actuais. Na China e a Índia também se prevê um envelhecimento da população, enquanto se espera um rápido aumento das populações jovens noutras partes do mundo, principalmente em África. Estas mudanças demográficas e os padrões de vida mais elevados implicam o desenvolvimento de modos de vida e padrões de consumo, todos com consequências significativas no ambiente. As projecções apontam para quase 70% da população mundial a viver em zonas urbanas em 2050, ampliando as ameaças como a poluição atmosférica, congestão dos transportes e gestão de resíduos.

Uma economia mundial quatro vezes maior do que hoje consumirá mais 80% de energia em 2050. **Sem políticas mais eficazes, a partilha de energias fósseis no contexto energético global manter-se-á em cerca de 85%.** Das projecções conclui-se que as economias emergentes do Brasil, Rússia, Índia, Indonésia, China e África do Sul (os “BRIICS”) serão as principais utilizadoras de energia. Para alimentar uma população em crescimento com as preferências alimentares em constante alteração, prevê-se a expansão da terra para fins agrícolas, na próxima década, embora a um ritmo em abrandamento.

A combinação de ausência de políticas com a continuação das tendências sócio-económicas constitui o cenário de “Referência” deste estudo. De acordo com este cenário de *Referência*, as pressões do crescimento demográfico e da elevação dos padrões de vida sobre o ambiente ultrapassarão os progressos na redução da poluição e na eficiência da gestão dos recursos. **Prevê-se até 2050 uma degradação e erosão contínuas do capital do ambiente natural, com o risco de alterações irreversíveis que podem pôr em risco dois séculos de elevação dos padrões de vida.**

- **É provável que ocorram alterações climáticas mais perturbadoras**, com um aumento projectado da emissão de gases com efeito de estufa (GEE) da ordem dos 50%, principalmente devido a um crescimento de 70% das emissões de CO₂ associadas ao consumo energético. (Ver a Figura <http://dx.doi.org/10.1787/888932570468>). Em 2050, a concentração de GEE na atmosfera pode atingir 685 partes por milhão (ppm). Em consequência, as projecções apontam para um aumento de 3 a 5 °C na temperatura média global até ao fim do século, o que ultrapassa o objectivo internacionalmente acordado de o limitar a 2 °C acima dos níveis pré-industriais. As acções que os países se comprometeram a empreender para a mitigação dos GEE - nos Acordos de Cancún, aquando da Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas - não bastarão para impedir que a temperatura média global ultrapasse o limiar de 2 °C, a menos que se verifiquem reduções muito rápidas e onerosas das emissões a partir de 2020. Ultrapassar o limiar de 2 °C iria alterar os padrões de precipitação, aumentar a fusão dos glaciares e permafrost, elevar o nível do mar e agravar a intensidade e a frequência de situações meteorológicas extremas. Tudo isto tornará mais difícil a adaptação das populações e dos ecossistemas.
- **As projecções indicam a continuação da perda de biodiversidade**, principalmente na Ásia, Europa e África Austral. Em termos globais, a biodiversidade terrestre (medida como abundância média das espécies – ou MSA – um indicador da integridade de um ecossistema natural) é projectada com uma diminuição acrescida de 10% em 2050. (Ver a Figura <http://dx.doi.org/10.1787/888932570943>). As florestas primárias, ricas em biodiversidade, são projectadas com uma redução de área de 13%. As principais pressões que estão

na origem da perda de biodiversidade abrangem a alteração do uso dos solos (por exemplo, a agricultura), a expansão da exploração comercial das florestas, o desenvolvimento de infraestruturas, a invasão das actividades humanas e fragmentação dos habitats naturais e, também, a poluição e as alterações climáticas. As alterações climáticas aparecem nas projecções como o factor de mais rápido crescimento na perda de biodiversidade até 2050, seguido da exploração comercial das florestas e, em menor dimensão, as terras destinadas à produção de biomassa. Perdeu-se já cerca de um terço da biodiversidade da água potável global, prevendo-se a continuação dessa perda até 2050. O declínio da biodiversidade ameaça o bem-estar humano, principalmente nas comunidades rurais pobres e indígenas, cujos meios de subsistência dependem, muitas vezes, da biodiversidade e dos serviços de ecossistema. De acordo com o estudo Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade, a perda de biodiversidade e dos benefícios dos serviços dos ecossistemas associados à perda global de florestas, por exemplo, tem um valor estimado entre 2 e 5 bilhões de dólares americanos por ano.

- **A disponibilidade de água potável sofrerá maiores restrições**, com projecções de mais 2,3 milhares de milhão de pessoas do que actualmente (no total, mais de 40% da população mundial) a viver nas bacias hidrográficas com grave escassez de água, principalmente no Norte de África e na África Austral, e no Sul da Ásia e na Ásia Central. As projecções indicam um aumento de 55% das exigências globais de água, devido à procura crescente por parte actividade fabril (+400%), geração termo-eléctrica (+140%) e consumo doméstico (+130%). (Ver a Figura <http://dx.doi.org/10.1787/888932571171>). Perante esta procura competitiva, o cenário de *Referência* apresenta uma oportunidade restrita para o aumento de água para fins de irrigação. Os débitos mínimos ambientais serão contestados, pondo em risco os ecossistemas. A degradação das águas subterrâneas pode vir a tornar-se a maior ameaça para a agricultura e as redes urbanas de abastecimento de água em várias regiões. As projecções indicam um agravamento da poluição dos nutrientes pelos esgotos urbanos e a agricultura em muitas regiões, intensificando a eutrofização e danificando a biodiversidade aquática. Espera-se um aumento do número de pessoas com acesso a uma fonte de água *melhorada* (mas não necessariamente água *segura* para consumo humano), essencialmente nos BRIICS. Globalmente, contudo, prevê-se que mais de 240 milhões de pessoas não tenham tal acesso até 2050. A África Subsaariana não irá, provavelmente, cumprir o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio (ODM) de reduzir a metade, até 2015, o nível de população que em 1990 não tinha acesso a uma fonte de água melhorada. O ODM relativo ao saneamento básico não será cumprido até 2015; as projecções indicam que, em 2050, 1,4 mil milhões de pessoas não terão ainda acesso a saneamento básico.
- **Neste cenário, a poluição atmosférica irá tornar-se a principal causa ambiental de mortalidade prematura.** (Ver a Figura <http://dx.doi.org/10.1787/888932571855>). Em algumas cidades, particularmente na Ásia, as concentrações de poluição atmosférica já ultrapassam largamente os níveis de segurança definidos pela Organização Mundial de Saúde. As projecções indicam que, em 2050, o número de mortes prematuras devido à exposição a matérias particuladas terá duplicado, atingindo globalmente 3,6 milhões por ano, com a maioria das mortes a ocorrerem na China e na Índia. Devido às suas populações envelhecidas e urbanizadas, os países da OCDE tendem a ter uma das taxas mais elevadas de mortes prematuras provocadas pelo ozono troposférico, com apenas a Índia à frente. **O fardo das doenças associadas à exposição a substâncias químicas é significativo em todo o mundo**, mas mais pesado nos países da OCDE, onde as medidas de segurança química são ainda insuficientes. No entanto, as projecções apontam para um grande aumento da produção química nos países fora da OCDE, com os BRIICS a ultrapassar a OCDE em vendas até 2050, segundo o cenário de *Referência*. Muito embora os governos da OCDE estejam a fazer progressos na avaliação da exposição humana a substâncias químicas, os conhecimentos sobre o impacto na saúde são ainda restritos.

As projecções do cenário de *Referência* salientam a necessidade de uma acção urgente, imediata, para mudar o rumo do nosso desenvolvimento futuro. **Os sistemas naturais têm “pontos de viragem” além dos quais alterações nocivas se tornam irreversíveis** (por exemplo, perda de espécies, alterações climáticas, degradação das águas subterrâneas e dos terrenos). No entanto, estes limiares ainda não são plenamente conhecidos, em muitos casos, assim como as consequências ambientais, sociais e económicas de os ultrapassar. Um dos principais desafios reside em atingir-se o equilíbrio entre dar sinais políticos claros aos utilizadores e consumidores dos recursos, mas deixando espaço de manobra e adaptação dadas as incertezas.

Actuar agora é ambiental e economicamente racional. Por exemplo, este relatório sobre as *Perspectivas* sugere que, se os países actuarem agora, há uma probabilidade – embora em recessão – de as emissões globais de GEE atingirem o pico em 2020, limitando o aumento da temperatura média mundial a 2 °C. Sugere também que a fixação de um preço global do carbono poderia baixar em quase 70% as emissões de GEE em 2050, comparando com a *Referência*, e limitar as concentrações de GEE a 450 ppm. (Ver a Figura <http://dx.doi.org/10.1787/888932570069>). Isto iria abrandar o crescimento económico anual em 0,2 pontos percentuais, em média, com custos aproximados de 5,5% do PIB em 2050; o que perde relevância em comparação com os potenciais custos da inacção, que algumas estimativas

indicam poderem ascender a 14% do consumo médio *per capita* mundial. Este relatório sobre as *Perspectivas* sugere ainda, por exemplo, que os benefícios de uma maior redução da poluição nos BRIICS podiam sobrepor-se aos custos numa relação de 10:1 em 2050.

Que políticas poderão alterar estas perspectivas?

A aplicação de políticas bem concebidas pode reverter as tendências projectadas no cenário de Referência deste relatório sobre as *Perspectivas*. Dada a complexidade dos desafios ambientais, é necessária uma vasta gama de instrumentos políticos, muitas vezes combinados. Este relatório sobre as *Perspectivas* é inspirado num quadro político sublinhado pela *Estratégia de Crescimento Verde da OCDE*, que os países podem adaptar ao seu nível de desenvolvimento, recursos naturais e pressões ambientais. Mas existem abordagens comuns:

- **Tornar a poluição mais onerosa do que as alternativas mais verdes;** por exemplo, com impostos ambientais e sistemas de troca de emissões. Estes instrumentos de mercado podem também gerar as tão necessárias receitas fiscais.
- **Valorizar e aplicar um preço aos recursos naturais e serviços dos ecossistemas;** por exemplo, através da formação de preços da água, constituindo uma forma eficaz de incorporar a escassez da água, pagamentos pelos serviços dos ecossistemas, cobrança de entradas em parques naturais, etc.
- **Eliminar os subsídios prejudiciais para o ambiente;** um passo importante na formação de preços dos recursos e da poluição (por exemplo, dos combustíveis fósseis, electricidade para a bombagem de água de rega).
- **Elaborar regulamentos e normas eficazes;** por exemplo, para salvaguardar a saúde humana ou a integridade ambiental, para promover a eficiência energética.
- **Incentivar a inovação verde;** por exemplo, tornando mais caros os modos de produção e consumo poluidores e investindo no apoio público ao I&D básicos

É necessária uma mistura de políticas, pois os diferentes aspectos ambientais estão estreitamente ligados. Por exemplo, as alterações climáticas podem afectar os ciclos hidrológicos e agravar as pressões na biodiversidade e na saúde humana. A biodiversidade e os serviços dos ecossistemas estão intimamente ligados à água, ao clima e à saúde humana: as terras pantanosas purificam a água, os mangais protegem contra inundações costeiras, as florestas contribuem para a regularização do clima e a diversidade genética fornece substâncias para descobertas farmacêuticas. As políticas têm de ser cuidadosamente concebidas para abrangerem estas funções transversais do ambiente e as suas vastas implicações económicas e sociais.

Realizar a reforma e dar relevo ao crescimento verde

A realização da reforma irá depender da liderança política e da aceitação pública alargada de que as mudanças são necessárias e economicamente acessíveis. Nem todas as soluções serão baratas; por isso, é tão importante procurar entre elas as que tenham uma melhor relação custo-eficiência. Uma tarefa fundamental é melhorar o entendimento dos desafios e mudanças a operar.

É vital integrar os objectivos ambientais nas políticas económicas e sectoriais (por exemplo, energia, agricultura, transportes), uma vez que estas têm um impacto mais forte do que as políticas ambientais por si sós. Os desafios ambientais devem ser avaliados no contexto de outros desafios globais, como a segurança alimentar e energética e a mitigação da pobreza.

A aplicação de políticas bem concebidas pode maximizar as sinergias e a partilha de benefícios em diversas frentes. Tratando da questão da poluição atmosférica, por exemplo, pode reduzir as emissões de GEE e, ao mesmo tempo, o encargo económico dos problemas de saúde. A política do clima também ajuda a proteger a biodiversidade se se reduzirem as emissões, evitando a desflorestação. Entretanto, **é necessário monitorizar e tratar cuidadosamente as políticas contraditórias.** Por exemplo, as infraestruturas hídricas, como as barragens – destinadas a melhorar a segurança aquática e energética – podem perturbar os habitats de vida selvagem e os ecossistemas. O aumento do consumo de biocombustíveis para cumprir os objectivos climáticos podia ter impactos negativos na biodiversidade, por estes requererem maior área de terras para produção de biomassa.

Uma vez que muitos dos problemas ambientais são, por natureza, globais (por exemplo, a perda de biodiversidade, a alteração do clima) ou ligados aos efeitos transfronteiriços da globalização (por exemplo, o comércio, o investimento

internacional), a **cooperação internacional é indispensável para assegurar uma partilha equitativa dos custos de acção**. Por exemplo, enquanto as áreas de mega-diversidade estão situadas principalmente nos países em desenvolvimento, o encargo das medidas de conservação da biodiversidade tem de ser amplamente partilhado, já que os seus benefícios são globais. Tais esforços requerem o apoio de financiamento internacional. Do mesmo modo, o financiamento internacional do crescimento com resiliência climática por baixas emissões de carbono terá de ser significativamente ampliado. Este relatório sobre as *Perspectivas* sugere que é possível obter receitas consideráveis com medidas baseadas no mercado: se os compromissos de redução das emissões que os países indicaram nos Acordos de Cancún fossem implementados através de taxas de carbono ou programas de capitalização e troca com licenças plenamente licitadas, as receitas fiscais podiam ascender a cerca de 0,6% do PIB em 2020, *i.e.*, mais de 250 mil milhões de dólares americanos. Apenas uma pequena parte dessas receitas bastaria para financiar a acção pelo clima. A cooperação internacional também é necessária para canalizar o financiamento destinado a proporcionar o acesso universal a água *segura* e saneamento básico adequado.

Quanto melhor for a informação melhores serão as políticas; por isso, é necessário melhorarmos a nossa base de conhecimentos. São muitas as áreas em que deve ser melhorada a valoração económica, inclusive para compreendermos todos os benefícios da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas, e os custos na saúde associados à exposição a substâncias químicas. Isto ajudará a medir os elementos da melhoria do bem-estar e progresso humano, que o PIB, por si só, não consegue captar. Uma melhor informação sobre os custos e benefícios ajudar-nos-á a compreender melhor os custos da inacção e constituirá uma base forte para reformas políticas conducentes ao crescimento verde.

Este relatório sobre as *Perspectivas* fornece aos decisores políticos opções políticas viáveis para o presente, que podem ajudar a colocar o mundo num rumo mais sustentável.

© OECD

Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originariamente em Inglês e Francês.

Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE www.oecd.org/bookshop

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit, Public Affairs and Communications Directorate. rights@oecd.org Fax: +33 (0)1 45 24 99 30.

OECD Rights and Translation unit (PAC)
2 rue André-Pascal, 75116
Paris, France

Visite nosso sítio www.oecd.org/rights



Leia toda a versão em inglês na iBiblioteca OCDE (OECD iLibrary) !

OECD (2012), *OECD Environmental Outlook to 2050. The Consequences of Inaction*, OECD Publishing.

doi: 10.1787/9789264122246-en